

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (foto) aprovou ontem o envio de tropas brasileiras para a Argentina e a permanência de forças daquele país no Brasil por ocasião de exercícios combinados.

Página 3



## Eleitor poderá votar sem apresentar identidade

*Medida está prevista em projeto de lei aprovado e enviado à sanção presidencial. Outra proposta acolhida exclui do cálculo da rescisão trabalhista a moradia do trabalhador rural*

### Pacote ecológico é debatido em audiência pública

Um debate com a participação de vários parlamentares marcou ontem o segundo dia de audiências públicas sobre o pacote ecológico, promovidas pela comissão do Congresso presidida pelo senador Odacir Soares. Páginas 4 e 5

O Senado aprovou ontem projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que acaba com a exigência de o eleitor apresentar, no momento de votar, um documento público de identidade com fotografia. O projeto, que altera a legislação sobre as eleições deste ano, vai à sanção presidencial.

Na tramitação em plenário, a matéria provocou acirrado debate em que tanto os que a defendiam como os que a desaprovavam usavam como argumento a necessidade de maior transparência no processo eleitoral. Dentro dessa argumentação, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), manifestando-se favorável à aprovação, disse que no Brasil dotado de regiões com precariedade de comunicações não se poderia

impedir o direito de o eleitor exercer sua cidadania e que o projeto atende a uma solicitação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Declararam-se também a favor os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Hugo Napoleão (PFL-PI), enquanto a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e os senadores Eptácio Cafeteira (PPB-MA) e Sebastião Rocha (PDT-AP) posicionaram-se contra a matéria.

#### TRABALHADOR RURAL

A moradia e outros benefícios concedidos pelo empregador ao trabalhador rural, como leite, carne, ovos e cereais, deixarão de ser considerados parte do salário nos casos de rescisão de contrato de trabalho, de acordo com projeto ontem aprovado. A proposição, oriunda da Câmara, também seguirá à sanção.

#### PRECATÓRIOS

Na mesma sessão, foi aprovado projeto de resolução que permite ao município de Goiânia emitir 9,6 milhões de letras financeiras para o pagamento de precatórios judiciais. Ao projeto foi oferecida emenda, também aprovada, de autoria do senador Sérgio Machado, líder do PSDB, dispondo sobre o registro das emissões dos títulos junto ao Banco Central.

Dentro da pauta de 17 proposições incluídas na Ordem do Dia desta quinta-feira, mereceram aprovação do plenário outras dez proposições, relativas ao Código de Processo Civil, Código Penal Militar, certidões expedidas por cartórios, criação de área de proteção ambiental no delta do rio Parnaíba (Piauí) e doações de terrenos.

### Arruda: Porto seco descentraliza desenvolvimento

Página 6

## Promulgada a emenda que cria a CPMF

*Empenho do Congresso em ajudar governo a encontrar solução para saúde é destacado. Pág. 7*

# Suplicy relaciona pobreza à violência

*Melhoria da distribuição da renda é defendida pelo senador, que cita estudo mostrando que taxas de criminalidade são mais elevadas nos bairros populares*



Francelino

## Código de Trânsito terá dia 27 última votação no Senado

O projeto de Código de Trânsito Brasileiro terá sua última votação no Senado (turma suplementar) no próximo dia 27. A informação foi transmitida pelo presidente José Sarney ao receber na manhã de ontem do senador Francelino Pereira (PFL-MG), presidente da comissão que analisou o código, o texto substitutivo com 71 emendas apresentadas em plenário e aceitas pelo relator Gilberto Miranda (PMDB-AM).

Sarney afirmou que os senadores querem votar com rapidez o código em turno suplementar, tal sua importância para o País. Se aprovado em turno suplementar, será encaminhado à Câmara dos Deputados, para votação das mudanças introduzidas no texto pelos senadores.

## Marina apóia luta de mulheres por reforma

A senadora Marina Silva (PT-AC) solidarizou-se com a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, pelo Dia Nacional de Luta das Mulheres pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo, marcado em Brasília por vários atos. Entre eles, a entrega às autoridades de um manifesto com várias reivindicações.

"É dever e responsabilidade do Executivo e do Legislativo dedicar atenção tanto à importante meta da estabilidade dos preços quanto à de compatibilizar o crescimento da economia com a melhoria da distribuição da renda e erradicação da pobreza, para que diminua os números da violência no Brasil", disse ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao comentar relatório do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro sobre a violência nos grandes centros urbanos.

Conforme o senador, o documento foi desenvolvido com o apoio do Centro para o Estudo da Violência, do Departamento de Ciência Política da USP, e merece destaque devido aos últimos homicídios

ocorridos na cidade de São Paulo.

- Os trágicos fatos que aconteceram em São Paulo levam-nos a uma séria e profunda reflexão. Quais as raízes dessa explosão de violência? Será uma súbita conversão dos homens em bestas-feras, como quer fazer crer determinada corrente de opinião, ou a consequência de uma patologia de raízes essencialmente sociais? - indagou o senador.

Suplicy disse que o item mais importante daquele estudo é a relação entre desigualdade e violência, já que é nos bairros populares que ocorrem os grandes números de registro policial: "Há uma clara correlação entre as condições de vida e taxas de criminalidade."

## Ramez Tebet: TCU condena compra da Urucum pela Vale

O Tribunal de Contas da União concluiu que a compra da Mineração Urucum pela Cia. Vale do Rio Doce foi inconstitucional, porque não teve autorização do Senado, disse



Ramez Tebet

ontem, em plenário, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele pediu aos senadores que, caso o governo encaminhe à Casa um pedido de ratificação da compra, não dêem voto favorável, pois, acentuou, a operação não atende aos interesses dos atuais governadores e da população dos estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso.

As ações da Mineração Urucum (ferro e manganês) foram vendidas, em administração passada, pelos go-

vernros dos dois estados, por US\$ 17 milhões, à Vale, sócia minoritária no empreendimento. Conforme Ramez Tebet, a negociação "tem contornos nebulosos", porque as ações foram vendidas por um preço abaixo do faturamento de apenas um ano da Urucum. "A avaliação das ações foi feita por uma firma que ninguém do ramo conhece."

Em aparte, Carlos Bezerra (PMDB-MT) assinalou que "o negócio é lesivo aos interesses dos dois estados". Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que "se a estatal Vale do Rio Doce provoca tantos problemas, imagine no dia em que ela estiver nas mãos de uma multinacional".

## Odacir Soares vê perigo em atos do governo

O senador Odacir Soares (PFL-RO) alertou que o presidente da República vem adotando condutas perigosas que, a seu ver, comprometem a superação dos três principais desafios que o sociólogo Alain Touraine apontou como indispensáveis ao sucesso do governo e do País: a manutenção do estado de direito, o fortalecimento do poder central do Estado e o combate às desigualdades sociais.

Segundo Odacir, os servidores públicos estão sendo tratados como párias e é "por aí que sucumbe o estado de direito, cuja manutenção deveria constituir o primeiro desafio do presidente da República. O uso exacerbado das medidas provisórias atropela a Constituição e hipertrofia o poder central, contrariando o segundo desafio do presidente, "que é o de fortalecer e não superdimensionar o poder central".

- O combate às desigualdades sociais é subvertido, posto que o governo trata a pão-de-ló os banqueiros, a pão e água os usuários de seus serviços e com o pão que o Diabo amassou os servidores públicos - frisou Odacir, para quem o mesmo ocorre no combate às desigualdades regionais.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

**Senador José Sarney**  
9h - Preside sessão não deliberativa do Senado  
11h30 - Recebe o ministro da Fazenda, Pedro Malan

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

## CRE aprova acordo com a Agência Espacial Européia

Presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado aprovou na manhã de ontem o Acordo para o Estabelecimento de Meios de Rastreamento e de Telemídia Situados em Território Brasileiro, celebrado entre o governo federal e a Agência Espacial Européia, em maio de 1994.

O relator da matéria, senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), em seu parecer favorável, disse que o acordo pode vir a beneficiar a base espacial de Alcântara, no Maranhão, e está em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, que prevê o intercâmbio de informações técnicas e científicas para a utilização dos equipamentos de telemídia e rastreamento, mantendo os signatários o compromisso de não divulgar dados relativos às experiências a outros países ou empresas sem prévia autorização de uma das partes.

Também foram aprovados pela comissão mais três projetos de decretos legislativos: os acordos sobre Cooperação Econômico-Comercial entre o Brasil e a Ucrânia e o que trata da Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço entre brasileiros e ucranianos, cujos relatores, respectivamente os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Nabor Júnior (PMDB-AC), deram pareceres favoráveis; e o que trata de modificações no Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos (CII), organismo afiliado ao BID, que também recebeu voto favorável do relator, senador Guilherme Palmeira (PFL-AL). As matérias serão submetidas ainda ao plêno do Senado.

# Aprovado envio de forças de paz para operações entre Brasil e Argentina

*Senadores pedem fim de "discriminação" contra brasileiros que solicitam visto temporário para os Estados Unidos*

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou ontem mensagem do Executivo solicitando autorização para o despacho de tropa do Exército brasileiro para o exterior e de permanência temporária de forças militares estrangeiras em território nacional, por ocasião de exercícios combinados de forças de paz entre Brasil e Argentina, no quarto trimestre de 1996 e de 1997.

A solicitação vai agora à deliberação do plenário do Senado, nos termos de projeto de decreto legislativo apresentado à comissão pelo relator, senador José Agripino (PFL-RN). Segundo o senador, "tais operações demonstram elogiável espírito de cooperação internacional, emprestando aos seus participantes elevado prestígio no concerto das nações".

Durante os debates em torno da matéria, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) sugeriu ao presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que exigisse da Embaixada dos Estados Unidos uma satisfação sobre a possível "discriminação" que estaria sendo praticada contra civis brasileiros, quando estes pretendem receber visto de permanência tempo-



Antonio Carlos, ao lado de Cabral, preside reunião da CRE

rária naquele país. Disse Cafeteira que o Brasil sempre foi um aliado militar histórico dos Estados Unidos e da ONU, e merece tratamento mais digno para os brasileiros que visitam aquele país. O senador informou, a propósito, que a Embaixada norte-americana não cobra vistos de permanência nos Estados Unidos de cidadãos argentinos, cujo país está engajado no mesmo processo de parceria militar no Hemisfério Sul.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que já ficou retida no aeroporto de Miami por mais de oito horas, devido a problemas com o seu visto diplomático. Os senadores Romeu Tuma (PSL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM) defenderam a necessidade de o

Congresso se manifestar, por meio do Senado, junto à Embaixada americana no Brasil, para tentar resolver a questão.

O presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou que vai marcar audiência com o embaixador dos Estados Unidos e depois reunir-se com os senadores para discutir o assunto.

Emília Fernandes (PTB-RS) também solicitou ao presidente da comissão providências junto à Embaixada de Israel para que seja respeitado o acordo de paz celebrado entre árabes e judeus em 1993, que garantiu a libertação de prisioneiros envolvidos nas guerrilhas. Segundo Emília, a brasileira Lâmia Maruf, prisioneira em Israel, já deveria ter sido libertada.

## Júlio Campos destaca energia alternativa

O senador Júlio Campos (PFL-MT) registrou seu total apoio ao sistema de pára-raios energizados, desenvolvido pela Eletro-norte, e que já está sendo utilizado em Mato Grosso. Conforme o senador, trata-se de um sistema de geração de energia elétrica com custos bem inferior-



Júlio Campos

res aos do sistema convencional. Enquanto este transmite energia a cerca de 24 mil dólares por quilômetro, os pára-raios energizados custam aproximadamente 4 mil dólares por quilômetro, salientou.

Júlio Campos ressaltou que é preciso incentivar essa e outras alternativas energéticas

que porventura sejam desenvolvidas, pois, acentuou, o balanceamento adequado entre oferta e demanda de energia é um dos principais desafios da economia do século XXI. No Brasil, assinalou Júlio Campos, estima-se um aumento de pelo menos 50% do consumo de energia no início do próximo século.

## Suplicy espera aval da Câmara a seu projeto



Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao plenário que seu projeto de renda mínima - complemento

para quem ganha até dois salários - foi submetido à apreciação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, tendo os deputados Augusto Viveiros, Roberto Brandt e José Fortunatti pedido vistas da matéria.

Já aprovado pelo Senado, o projeto conta com parecer favorável do deputado Germano Rigotto, e agora Suplicy espera que os três deputados encontrem, conforme anunciaram, uma forma de viabilizar econômica e financeiramente o projeto, a fim de que ele se torne realidade.

## Marluce destaca presença feminina nas eleições

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) comemorou como vitória das mulheres a existência de quase 100 mil candidatas a



Marluce

cargos eletivos no próximo pleito, muitas delas liderando as pesquisas de opinião sobre a preferência do eleitorado. Segundo a senadora, algumas mulheres serão eleitas prefeitas das capitais dos estados.

Marluce destacou os trabalhos que o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) vem desenvolvendo junto às mulheres brasileiras. Conforme disse, a entidade muito contribuiu para que a comunidade feminina nacional consolidasse conquistas.

## PACOTE ECOLÓGICO



Capiberibe (E) depôs na comissão, presidida por Odacir Soares, que analisa o pacote ecológico

# Governador defende renda mínima para agricultores

*João Alberto Capiberibe sugere programa de apoio à produção durante o período de transição para novas regras instituídas pela MP*

O governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, ao participar ontem dos debates na comissão mista que examina o chamado "pacote ecológico", disse que "a Amazônia tem condições de fazer uma agricultura competitiva e propiciar uma qualidade de vida decente" para a população da região. Capiberibe, que congratulou o governo pela iniciativa que limita em 20% a área de ocupação da Amazônia, defendeu a possibilidade de se incluir, na medida provisória, um programa de renda mínima para, durante a fase de transição, atender aos pequenos produtores.

Já o secretário de Planejamento do Acre, Luiz Carlos Nalim, afirmou que a medida deverá trazer prejuízo de "grande monta" para o seu estado e atrapalhar profundamente o desenvolvimento da Amazônia. Es-

clarecendo que o governador Orleir Cameli é contra a medida provisória, o secretário considerou inadmissível defender os interesses da região sem que seja definido o zoneamento econômico e ecológico, "pois se discute o deserto amazônico sem conhecimento da real situação enfrentada pela população".

### NOCIVA

Por sua vez, o secretário de Agricultura de Roraima, Erci de Moraes, disse que o governador Neudo Campos também é contrário à medida provisória por considerá-la "nociva" aos interesses do estado. Salientando que Roraima detém apenas 20% de suas terras, pois o restante, conforme frisou, constitui áreas indígenas e militares, Moraes achou "estranho" que o governo não tenha consultado os ór-

## Ministros vão depor

A comissão mista do Congresso que analisa a Medida Provisória nº 1.511 voltará a se reunir a partir das 10h de quarta-feira 21, para ouvir os ministros Gustavo Krause, do Meio Ambiente, e Luiz Felipe Lampreia, das Relações Exteriores. Na mesma audiência deverá ser ouvido também o presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins.

gãos nem os cientistas que entendem de Amazônia antes de adotar a decisão sobre o desmatamento. Segundo o secretário, a medida provisória vai provocar um "caos" na estrutura familiar do estado.

## PACOTE ECOLÓGICO

# Medida não evitará devastação, alerta Marina

*Segundo a senadora, governo deveria ter atentado para a questão do zoneamento ecológico e econômico e consultado as pessoas da Amazônia antes de tomar a iniciativa*

O pacote ecológico adotado pelo governo federal não tem eficácia para combater o problema da devastação na Amazônia, afirmou ontem a senadora Marina Silva (PT-AC), no segundo dia de audiências públicas promovidas pela comissão mista que analisa a medida provisória que dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e parte do Centro-Oeste.

Presidida pelo senador Oda-cir Soares (PFL-RO), a comissão ouviu nesta quinta-feira o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, que apóia a medida mas defende o seu aperfeiçoamento; o secretário de Planejamento do Acre, Luiz Carlos Nalim; e o secretário de Agricultura de Roraima, Erci de Moraes, que se manifestaram contrários à iniciativa do governo sobre a Amazônia.

Na opinião de Marina Silva, antes de baixar a medida provisória sobre a Amazônia, o governo federal deveria ter atentado para a questão do zoneamento econômico e ecológico da região. Referindo-se ao Acre, cuja economia é centrada na sua forte vocação agroflorestal, Marina disse que "o estado precisa é de investimentos, para dar uma resposta em relação às reservas extrativistas que já foram demarcadas e para cujo desenvolvimento o governo federal não tem alocado os recursos necessários".

- O governo pecou por tratar de tema tão importante através de medida provisória, que, acredito, é uma tentativa para corrigir erros como as queimadas e o alto índice de devastação. Uma questão como essa tem que ser debatida com as pessoas da região.



A comissão mista que analisa o pacote ecológico, reunida ontem, ouviu vários depoimentos

## DECISÃO AFETA METADE DO PAÍS, ALERTA LÚDIO

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), vice-presidente da comissão e que conduziu a reunião sobre o pacote ecológico, disse que "o debate sobre a medida provisória que limita a ocupação das terras da Amazônia em apenas 20% deixou a opinião generalizada de que isso vai alterar muito a vida das pessoas da região". O senador destacou o fato de os parlamentares estarem "decidindo o destino de quase metade do território nacional, que, dentro das reservas indígenas, reservas militares e áreas alagadas, conforme a regulamentação, não teria condições de sobreviver como nação".

- É um assunto da maior gravidade, porque decidir com medida provisória os destinos da metade do Brasil é muito questionável. Mas não há dúvida de que a comissão encontrará uma solução satisfatória para a população da Amazônia e para o País - assinalou.

## Para Rocha, remédio pode virar veneno

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou-se ontem "plenamente de acordo" com o projeto de conversão que está sendo elaborado para o pacote ecológico, observando que a medida provisória é prejudicial aos interesses da Amazônia, "sobretudo aos pequenos produtores". Segundo o senador, a iniciativa do governo federal "poderá levar a uma maior concentração de terras na mão dos grandes agricultores, e essa é a minha principal preocupação". Acrescentou, entretanto, não ter dúvidas de que "a comissão encontrará um denominador comum que favoreça a Amazônia".

Sebastião Rocha ressaltou que não viu qualquer intenção por parte do governo federal de prejudi-

car o povo amazônico com a medida. "O governo quis, sim, beneficiar com certeza a população que vive na Amazônia. Talvez a dose tenha sido grande, muito forte, e remédio em dose elevada pode ser veneno e não há dúvida de que a medida provisória pode ser um veneno para a região."

Ao comentar a exposição de João Alberto Capiberibe, Rocha disse que o governador do Amapá "defendeu uma política para a Amazônia que não se limite apenas a definir qual a quantidade de área que pode, ou não, ser desmatada, mas, sim, como agregar valores aos produtos naturais da região, como ajudar na sua industrialização e colocação no mercado, e até exportá-los, se for o caso".

# Arruda aplaude criação de "portos secos"

*Estações aduaneiras permitem que os produtos sejam armazenados e alfandegados nas suas próprias regiões, lembra senador, que aponta desconcentração do desenvolvimento*



Epitácio Cafeteira

## Cafeteira cobra indicação para comissões

Existem atualmente 51 comissões mistas destinadas à análise de medidas provisórias, mas apenas duas delas definiram presidente, vice-presidente e relator, afirmou ontem o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA). Ele solicitou aos líderes dos partidos governistas majoritários que coloquem seus representantes nas comissões, "pois a eles é dado escolher presidentes, vices e relatores".

Na opinião do senador, há dois grupos de parlamentares dentro do Congresso Nacional. Um deles quer a soberania do Poder Legislativo, enquanto o outro, segundo Cafeteira, "não se incomoda se o Congresso não for de fato um poder" e tem interesse em não examinar as medidas provisórias do governo, para que elas sejam reeditadas.

Cafeteira disse que, apesar de o PPB não estar indicando representantes para as comissões especiais, a Mesa o faz e ele foi indicado para integrar a comissão que analisa a MP nº 1.477, sobre as mensalidades escolares, que está em sua 26ª edição. Em reunião marcada para ontem de manhã, segundo informou, compareceram apenas ele e o senador Romeu Tuma (PSL-SP).

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, disse que, "pela primeira vez, o Estado brasileiro tomou a iniciativa de desconcentrar o modelo de desenvolvimento", ao referir-se à solenidade realizada ontem no Palácio do Planalto, em que o presidente da República autorizou a criação de onze estações aduaneiras, os chamados "portos secos".

- A decisão é histórica - afirmou o senador, destacando que essas estações permitem que os produtos sejam armazenados e alfandegados nas próprias regiões de produção, para depois seguirem em *containers* diretamente para os portos. Com isso, os impostos serão recolhidos nas



José Roberto Arruda

regiões produtoras, que se beneficiarão também com a geração de empregos ligados às atividades "portuárias".

Conforme Arruda, a decisão do governo beneficia "sobretudo o País" e, especificamente, os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Per-

nambuco, Bahia, Amazonas, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.

O líder do governo salientou que o modelo de desenvolvimento do País caracterizou-se pela concentração das atividades econômicas e, conseqüentemente, da densidade demográfica, na faixa litorânea. Com a fundação de Brasília foi iniciado o processo de interiorização do desenvolvimento, de que a criação dos "portos secos" é importante aprofundamento, afirmou. O Cerrado brasileiro é responsável por grande parcela da produção de grãos, cujos impostos são atualmente recolhidos nas regiões portuárias do País e passarão a sê-lo pelos governos do Distrito Federal e de Goiás.

## Alcântara destaca atividade de ONGs que analisam imprensa

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) considerou ontem que é bastante positivo o surgimento de entidades não-governamentais que se ocupam do exame das atitudes e comportamentos da imprensa no País. Ele destacou, no Brasil, o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Universidade de Campinas, e o Instituto Gutemberg.

- É preciso combater a presunção e arrogância de jornalistas que se colocam como juízes da conduta alheia - disse. Na sua opinião, padrões profissionais são resultado de valores éticos e, se a justiça é um valor inerente à atividade da imprensa, o equilíbrio deve ser um padrão de conduta dos jornalistas.

Lúcio Alcântara também lamentou o "duelo de

marqueteiros" em que se transformaram as campanhas eleitorais no País. As concepções e programas dos candidatos ficam em segundo plano, segundo ele.

Em aparte, Epitácio Cafeteira (PPB-MA) considerou que a exigência de os programas eleitorais serem entregues gravados às emissoras privilegia aqueles que têm condições de pagar as filmagens. Quanto à imprensa, o senador manifestou-se contra qualquer censura, mas cobrou mais responsabilidade. Roberto Requião (PMDB-PR), por sua vez, disse que a ética da imprensa é a do mercado, ou seja, tiragem e faturamento. Ele observou que ofensas, calúnias e injúrias são assuntos previstos no Código Penal e não cabem numa Lei de Imprensa. O que importa, segundo o senador, é uma legislação de réplica, como a exis-



Lúcio Alcântara

tente na Alemanha, que garante o imediato direito de resposta, com o mesmo espaço e sem cortes.

Edison Lobão (PFL-MA) salientou o exemplo da Inglaterra, onde um conselho formado por editores e pessoas da comunidade recebe as reclamações dos que se consideram injustamente atingidos e determina a réplica imediata.

# Congresso promulga a contribuição para saúde

*Papel do Legislativo na viabilização de uma saída para os hospitais públicos é destacada pela liderança do governo e por Jatene*

Em sessão solene do Congresso, presidida pelo senador José Sarney, as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados promulgaram ontem a emenda constitucional que cria a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Incidindo em 0,2% sobre todos os depósitos bancários, essa taxa vigorará por um ano e se destinará ao financiamento da saúde pública.

Na solenidade, o presidente do Congresso disse esperar que os recursos da CPMF possam melhorar as condições da saúde do povo brasileiro, e elogiou o trabalho do ministro da Saúde, Adib Jatene, que se dedicou incansavelmente a sensibilizar os parlamentares a aprovar a iniciativa.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), elogiou o empenho e a dedicação que o Legislativo imprimiu à discussão dessa matéria, cuja aprovação considerou uma resposta do Parlamento à população



Ao lado de Jatene, Sarney preside sessão solene da promulgação

mais pobre do País - a que mais sofre com a precariedade dos hospitais e com a falta de medicamentos.

Líder do governo na Câmara, o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) disse que nenhum partido se manifestou tão contrariamente à CPMF quanto o PFL, por questão de filosofia partidária, mas elogiou a persistência do ministro Adib Jatene na aprovação da matéria.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o debate que

a CPMF suscitou no PT foi extremamente proveitoso.

Líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE) elogiou a persistência e coragem do ministro e do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao enfrentarem o grande desafio de convencer o Legislativo sobre a necessidade da medida.

Por sua vez, o ministro Adib Jatene disse que as homenagens do plenário deviam dirigir-se não ao ministro, nem ao presidente da República, mas ao próprio Legislativo.

## Senador solidariza-se com Odacir Klein

"Odacir Klein, tu não caíste, tu estás de pé", disse ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao solidarizar-se com o ex-ministro dos Transportes, que pediu demissão do cargo depois que seu filho, Fabrício,



Pedro Simon

atropelou e matou um pedestre no último sábado, no Lago Norte, em Brasília. Referindo-se às pressões da imprensa para a saída do ministro, Simon disse que não reconhece em nenhum jornalista autoridade para dizer que Klein

ficou sem condições morais de permanecer no cargo. "Não reconheço na imprensa sequer autoridade para falar nas condições morais de Odacir Klein", afirmou.

Sustentando que o acidente não alterou em nada as indiscutíveis qualidades morais do ex-ministro, o senador disse que, em toda a sua vida pública, não conheceu homem mais digno, sério e correto. "As qualidades que tu tens, essas o Brasil inteiro conhece. Por isso deixo aqui o meu abraço mais frater-

no e carinhoso", disse Simon, emocionado.

Simon disse também que em qualquer cargo ocupado por Klein jamais se falou em percentual, comissão, licitação fraudada ou irregularidade que pudesse macular seu trabalho. "Porque ele é assim, essa é sua maneira de ser e isso que aconteceu foi uma fatalidade, dessas que podem acontecer com qualquer um de nós", comentou, acrescentando que o ministro afastou-se da pasta porque quis, visto que o presidente Fernando Henrique Cardoso lhe pediu que permanecesse no cargo.

## Sarney protesta contra nota na Veja sobre Simon

Referindo-se a nota publicada pela revista *Veja* com menção à perda da esposa e de um filho do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente do Senado, José Sarney, classificou de "brutal" a alusão da revista ao assunto e disse ter testemunhado à época o sofrimento vivido pelo parlamentar. "Quero prestar aqui minha solidariedade e exprimir a repulsa que causou a toda a Casa e a toda a Nação essa agressão gratuita", disse Sarney.

O presidente do Senado explicou que estava ausente terça-feira, quando a totalidade dos parlamentares em plenário solidarizou-se com Pedro Simon "diante da brutalidade com que foi agredido por essa revista semanal". Sendo presidente da República na época em que Simon, então ministro, enfrentou essas tragédias, Sarney disse ter acompanhado de perto o terrível sofrimento enfrentado pelo parlamentar, e afirmou que não há dor comparável à dessas perdas.

Emocionado, o senador Pedro Simon agradeceu a manifestação de Sarney, dizendo que estiveram lado a lado em vários acontecimentos importantes de sua vida, desde a formalização da aliança democrática, quando, com Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Marco Maciel e Sarney, planejaram as mudanças históricas que levariam à redemocratização do Brasil. E afirmou que a expressão de sentimentos do presidente do Senado encerrava "carinho, afeto e amizade".



Roberto Requião

## Requião critica administração do Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) alertou ontem que o governador do Paraná está "fazendo uma má administração", capaz de quebrar o estado. "O governo está vendendo o patrimônio estadual para pagar funcionários. Está usando até mesmo receita de royalties para colocar a folha de pessoal em dia", disse.

- Quando governei o Paraná, a folha de pessoal consumia de 58% a 60% da arrecadação. Hoje, o custo da folha excede a 90%. Depois de 40 anos de excepcionais administrações, o Paraná hoje vai à insolvência, comprometendo inclusive os futuros governos estaduais - alertou.

Na opinião do senador, o que acontece no Paraná é o mesmo que ocorre com uma empresa que decide vender suas máquinas para pagar os empregados. "Chega um dia em que não há mais patrimônio e nem condições de pagar o empregado. A empresa quebra e o funcionário perde o emprego", acrescentou.

# Amorim: Funai boicota nova política indigenista

Senador estranha parecer contrário a recurso encaminhado por mais de 200 produtores rurais de Ariquemes, em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) afirmou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) está "boicotando a nova política implementada com o Decreto 1.775/96, que estabeleceu o contraditório nos procedimentos demarcatórios de terras indígenas". O senador fundamentou sua crítica no fato de o órgão ter, segundo disse, bloqueado o recurso encaminhado por mais de 200 produtores rurais de Ariquemes, que apelavam ao ministro da Justiça em função dos prejuízos sofridos com a homologação de terras dos índios

uru wau wau, através do Decreto 275/91. O parecer da Funai sobre as reclamações dos fazendeiros alegou que a matéria "não comportava mais o contraditório", informou ele.

Para Amorim, "o parecer teve o objetivo de impedir que o ministro da Justiça pudesse reexaminar a situação dos produtores rurais de Ariquemes, prejudicados com o Decreto 275, uma vez que todos eles são detentores de títulos e a



Ernandes Amorim

área onde estão localizados não foi registrada no cartório de imóveis de Ariquemes, conforme certidões constantes das reclamações". Ele acrescentou que, "não havendo o registro no cartório, por conseguinte não há tam-

bém o registro no Patrimônio da União (argumento usado pela Funai); logo, os pré-requisitos para que as reclamações dos produtores pudessem chegar ao ministro estão presentes".

## Projeto de Maldaner permite deduzir do IR doações à defesa civil

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pretende fortalecer as entidades de defesa civil dos estados e municípios, pelo desconto no imposto de renda de doações que empresas e pessoas fizerem a essas instituições. No caso das empresas,



Casildo Maldaner

a doação máxima será de 2% do lucro operacional, enquanto as pessoas físicas não terão limite.

Depois de lembrar que as verbas para a defesa civil têm-se reduzido enquanto aumentam as catástrofes por causa do adensamento urbano, Maldaner destacou que a voluntariedade das doações exigirá das

entidades eficiência em seus serviços.

Apesar de a Constituição prever o direito à segurança da vida e do patrimônio dos cidadãos, o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) está inoperante, conforme Casildo Maldaner. Desde 1993, a verba mais elevada não passou de R\$ 252,4 mil. Neste ano, o Orçamento da União nem mesmo menciona o Funcap.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES RAMEZ TEBET, CASILDO MALDANER, JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, VALMIR CAMPELO, EMÍLIA FERNANDES E ARTUR DA TÁVOLA

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal